

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, LDA.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telef. 36 69 12 - 32 64 54



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPrensa SEMANAL

EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	
		PAÍS	24. AGO. 1979

24

POLÍTICA

o País

p.

M.L.Pintasilgo (modesta e autoconvencida) teve a seu favor 33 deputados

«MARCHA dos cem dias»? Acentua-se a dúvida quanto ao prazo que a primeiro-Ministro marcou para o seu Governo de gestão, talvez um tanto levemente, até porque deixou por esclarecer como e em que circunstâncias o seu Executivo pediria a demissão, realizadas que fossem as eleições. Acontece, porém, que o acto eleitoral anunciado pelo Presidente Ramalho Eanes em consequência da dissolução da Assembleia da República foi adiado para data ainda desconhecida. Aventa uma hipótese o dia 8 de Dezembro, quando ainda há pouco o mês de Novembro era indicado como o da consulta às urnas. A hipótese, com alguma viabilidade, baseia-se no facto de aquele dia ser de feriado nacional e de

simultaneamente poderem realizar-se, na data, as eleições para as autarquias locais, o que pouparia aos cofres do Estado dinheiro que vai buscar à bolsa do de-pauperado contribuinte.

Como quer que seja a dissolução do Parlamento — anunciada pelo Presidente um tanto precipitadamente, como se vê — não está ainda decidida quanto à data, tendo-se como certo uma sessão extraordinária, pelo menos, para apreciar os pedidos de autorização legislativa solicitados pelo primeiro-Ministro pouco antes do encerramento do debate em que o seu Governo teve apenas a favor 33 deputados — e nenhum Partido político constituído —, livrando-se do «chumbo» apenas

pela confluência, representada pela abstenção, da maioria de Esquerda, PS e PCP. O Executivo pede autorizações legislativas que incidem sobre variados sectores, em alguns da competência da Assembleia, a qual solicita, assim, um «cheque em branco», com a alegação de que sem essa possibilidade estará impedido de governar. Pede, nomeadamente, autorizações para a emissão de um empréstimo para cobertura do défice do Orçamento Geral do Estado, de ordem interna, e outros a efectuar junto do BIRD e com a República Federal da Alemanha, além de diversa legislação que vai da concessão das isenções fiscais a inovações a introduzir no domínio do turismo.

PSD e CDS apressaram-se a

negar um «cheque em branco» sem aval a estudar. Exprimindo as posições que haviam assumido no decorrer do debate, o PS manifestou a decisão de não inviabilizar a legislação formativa e o PCP navegou nas mesmas águas. De tudo extrairia M.L. Pintasilgo, no seu discurso de encerramento, que foi inutilmente agressivo e provocou veementes protestos dos deputados sociais-democratas e centristas, a conclusão de que a vitória lhe pertencera. E, um tanto intempestivamente, teve a imodéstia de recordar a sua actividade em instituições internacionais, sublinhando ter sido proposta para o Conselho Executivo da UNESCO com o apoio total de 121 entre 126 países e que tem recebido telegra-

mas de apoio de numerosos chefes de Estado e de Governo...

Inútil acrescentar mais ao relato da «vitória» do V. Executivo no Parlamento. Cada Partido tomou a posição de antemão esperada e que anunciámos na edição precedente. E, na realidade,

o Governo, que teve a seu favor apenas 33 deputados, não «chumbou» graças ao preceito constitucional que exige a maioria absoluta dos deputados em efectividade para o seu derrube. Uma vitória de Pyrrro, por muito que pese à autoconvencida primeiro-Ministro...